

Movimento dos Malês: E sua representação nos livros didáticos.

Camila Oliveira Silva da Cruz.

Cita:

Camila Oliveira Silva da Cruz (2019). *Movimento dos Malês: E sua representação nos livros didáticos*. XXXII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. Asociación Latinoamericana de Sociología, Lima.

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/000-030/582>



Movimento dos Malês: E sua representação nos livros didáticos

Camila Oliveira Silva da Cruz

Resumo

O presente trabalho propõe contribuir nas discussões acerca da efetiva aplicabilidade da lei brasileira 10.639/03 que dispõe sobre a obrigatoriedade do ensino de história africana e afro-brasileira, tendo como base para essa análise o Levante dos Malês. Foram analisados três livros didáticos para identificar como esse movimento histórico era retratado. Buscou-se narrativas decoloniais que explicassem a necessidade de um ensino que não pautasse apenas histórias europeias, brancas e cristãs pensando no impacto gerado na autoimagem de alunas/os negros no Ensino médio e fundamental.

Palavras-chaves

Ensino, invisibilização, livro, Malês, revolucionário.

Introdução

A resistência dos Malês ocorreu na madrugada do dia 25 de janeiro de 1835, na cidade de Salvador - Bahia, tendo como desfecho a chacina dos participantes dessa revolta. Composto em sua maioria por africanos e por ex-escravizados libertos professantes da religião muçulmana, religião esta que possui papel importante dentro deste movimento (Mariano, 2012).

Essa resistência ocorreu durante o período do Império do Brasil, sendo esse um período que compõe o currículo de história, deveria compor os materiais didáticos, ainda mais após a lei 10.639 sancionada em 2003, que prevê o estudo da História Africana e Afro-brasileira em diversos âmbitos do conhecimento. A análise dos livros didáticos parte do pressuposto que, após quatorze¹ anos de existência, a lei já estaria estabelecida e vigorando corretamente.

A decolonialidade, como um “projeto decolonial, um diálogo entre povos colonizados ou que vivenciam a colonialidade.” (Bernardino-Costa & Grosfoguel, 2016, p.21) se mostra uma ferramenta importante na análise desses conteúdos, já que os currículos e os conteúdos são majoritariamente pautados na história europeia, para avaliar as representações não europeias somando a procura de discursos anti-coloniais para a construção da história brasileira. Esse excessivo conteúdo sobre Europa contido nos livros, demonstra um problema crônico que impede a lei de se estabelecer e a falta de



representação Afro-brasileira e com narrativas não europeias foi mostrado o movimento dos Malês, abordando suas questões-chaves.

O levante dos Malês possui diversos fatores a serem explorados, demonstrando que é possível que um material didático conciso que trabalhe de fato os seus elementos centrais.

Fundamentação Teórica

História dos Malês

O período regencial foi marcado por diversos movimentos contrários ao poder vigente. O levante dos Malês vem de uma sucessão de diversas outras insurreições lideradas por escravizados que tiveram como palco Salvador e o Recôncavo baiano (Reis, 1986).

Malês era a forma como os negros islamizados eram conhecidos, a origem para essa palavra varia segundo alguns autores, mas de acordo com João José Reis (1986) a explicação que faz mais sentido historicamente é a origem do iorubá, *imale*, que significava islã ou muçulmano. Isso deixa claro também que malês não era uma etnia africana, mas todo africano que professava o islamismo.

A importância da marcação desses africanos como islâmicos é fundamental para se entender a insurreição. Diferentemente de outras articulações políticas da época, essa possuiu um planejamento prévio, como explica Reis (1986) “Não há dúvida. Para os malês, a rebelião de 1835 fez parte do programa de comemoração do Ramadã, seria uma celebração, primeiro ato de uma nova era” (p. 146).

A revolução não aconteceu como eles pretendiam, porque eles foram denunciados e descobertos antes que iniciassem de fato o levante. Quando os oficiais acharam um grupo com os participantes, eles saíram em disparada fazendo o levante acontecer antecipadamente. Naquele momento, toda a organização foi sufocada pela repentina insurreição.

Houveram vários ataques dos insurgentes ao longo dessa madrugada. Eles foram suprimidos pela cavalaria e, derrotados, começaram a fugir para as matas. No dia 25 de manhã, alguns negros foram para as ruas, mas a revolta já havia acontecido e eles foram facilmente reprimidos. Eles tiveram uma antecipação forçada, mas tentaram seguir o plano de acordar a cidade e levar o movimento para o Recôncavo. Na manhã do dia 25, alguns africanos ainda tentaram concluir o plano original como se não



soubessem o que havia acontecido de madrugada e, por esse motivo, acredita-se que poucas pessoas sabiam de fato os passos da revolução de maneira completa (Reis, 1986).

É difícil de imaginar como seria a Bahia caso eles tivessem tomado o poder, pois nos documentos em árabe não havia nada concreto sobre o plano, porém é possível estabelecer algumas atitudes que seriam tomadas, como uma Bahia só de africanos. Assim como em outros movimentos que ocorreram no Império, os Malês também tinham como parte das suas ações a guerra aos brancos, assim a suas terras deveriam ser tomadas e seriam mortos todos que ali estavam (Reis, 1986).

Ainda há incertezas e lacunas sobre qual era a posição desses revolucionários perante aos negros menos retintos. Algumas fontes afirmam que eles tinham o propósito de se juntarem com escravizados do Recôncavo; existem outras que afirmam que eles tinham a pretensão de escravizar e outras afirmam que a morte aos brancos também se estendia a esses negros menos recintos. O que se pode afirmar é que essa última especulação foi denunciada por pessoas que eram contra o movimento (Diana, 2016).

Eles tinham propostas políticas de consolidação de Estado, de formação de uma nova regência para Salvador e de se espalhar pelo Recôncavo baiano. Não sendo a escolha dessa região uma coincidência, esse local possuía uma vantajosa posição militar e geográfica por ter sido lugar de uma alta concentração de escravizados, tendo maior probabilidade de alianças e mais revoltas.

Caso tivessem vencido, é provável que seria constituído uma Bahia africana, como se refere Eduardo Dianna (2013), além da construção de uma comunidade islâmica que teria como rainha a Luísa Mahin, uma princesa sequestrada do continente africano. Além das diferenças bélicas, as denúncias por contrários foram essenciais para a não conquista dos objetivos estabelecidos.

Importância dos currículos

Segundo Arroyo (2013), o currículo escolar é um território em disputa, pois nele são pautados os discursos que formam ideários nacionais, histórias memórias e isso significa que “Nem todas as memórias de todos os coletivos são reconhecidas como conformantes da memória nacional” (Arroyo, 2013, p. 271). A partir da escolha de conteúdos a serem trabalhados em sala de aula, há o estabelecimento e o reforço sobre os conhecimentos dominantes sob os dominados.



Pode-se observar que os currículos escolares colocam em disputas essas memórias. Percebendo-se assim, a importância da lei 10.639/03 que estabelece,

§ 1o O conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil.

§ 2o Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras.

Os dois artigos destacados estabelecem as disciplinas que em especial devem aplicar a lei (isso não significa que demais matérias não possam desenvolver a temática em sala de aula), dentre elas a disciplina de História é destacada, porém quando se trata de como será aprofundado na metodologia, nota-se uma falha na aplicabilidade, mesmo nas áreas apontadas pelas leis.

A disciplina de história é a principal matéria que constrói a memória histórica. Segundo Arroyo, o direito da/o aluna/o (nesse trabalho especificamente a/o aluna/o negra/o), de saber sobre a história ancestral do conjunto social que faz parte, traz o conhecimento libertador.

É possível perceber o papel político do saber histórico e, nesse sentido, disponibilizar os conhecimentos contra hegemônicos, desestabiliza uma estrutura opressora pois,

Esses conhecimentos em disputas são uma forma contra hegemônica. Quando outras memórias ou histórias dos coletivos sociais, étnicos, raciais, geracionais, de gênero, campo, periferias disputam seu reconhecimento como sujeitos de história-memórias terminam questionando não apenas a autodefinição de uma memória como única, hegemônica, mas sobretudo, questionam a condição de uns coletivos se autodefinirem como sujeitos únicos de história (Arroyo, 2013, p. 300)

Metodologia

Analisou-se três livros didáticos de história de ensino médio e de ensino fundamental (História: de olho no mundo do trabalho, Nova História Integrada e História: volume 4), os livros escolhidos foram aqueles que tratassem da história do Brasil Imperial. A



escolha dos livros foi feita aleatoriamente, sem que se soubesse se os livros narram o momento histórico escolhido.

O cenário de representação nos livros didáticos sobre essa resistência se mostra completamente negligente, sem abordar os aspectos principais da luta: como aconteceu, as motivações, quem eram os malês, os impactos e outros fatores.

O islamismo, um fator essencial já ressaltado anteriormente, não é ao menos citado, ainda sendo o ponto central para entender a data que aconteceu o levante, assim como ocorreu e as articulações. Por serem de religião muçulmana, letrados em árabe, conseguiam se articular em prol do movimento.

Em três livros analisados, que contabiliza ao todo menos de 50 linhas, é possível perceber o descaso com esse fato histórico. No livro *História: de olho no mundo do trabalho* apresenta o pior dos três livros, além do número escasso de linhas que leva a não profundidade do assunto. A revolta da Sabinada que possui outras características e demandas se emenda em meio à escrita.

Isso demonstra como a implementação da lei 10.639/2003 é mal aplicada, pois apesar dos livros retratarem do levante e outras resistências, eles ainda são escassos em informações e não tratam esse tema com a devida relevância (Faria, 2017).

Discussões e Resultados

O descaso e falta de abordagem acerca do tema pode ser entendida como a expressão da colonialidade do poder na perspectiva do saber, tendo em vista que vários módulos de conteúdos são feitos para contar a história europeia e linhas são usadas para descrever fatos que ocorreram na sociedade brasileira. Além desse aspecto o racismo também perpassa por essa tomada de decisão de quais histórias serão contadas e consequentemente histórias brancas europeias saem vitoriosas (Ballestrin, 2013).

Segundo Bernardino-Costa e Grosfoguel (2016), "...a decolonialidade consiste também numa prática de oposição e intervenção, que surgiu no momento em que o primeiro sujeito colonial do sistema mundo moderno/colonial reagiu contra os desígnios imperiais que se iniciou em 1492" (p. 17).

Nesse sentido, pode-se analisar o movimento dos Malês como uma prática de intervenção dos negros islamizados na Bahia durante o Império brasileiro em 1835 que reagiram contra as vontades do Império Brasileiro. Essa resistência negra que é



necessária estar presente nos currículos e ser estudada de maneira a mostrar os processos decoloniais existentes.

O giro decolonial como um movimento de resistência teórica, prática e política é necessária para a construção de livros didáticos, para que não se tenha apenas a história europeia. Isso leva a descolonização do conhecimento que é importante e não significa uma negação da história e dos conhecimentos europeu, mas o entendimento que pessoas fora do eixo norte são produtoras de conhecimento, revolução e mudança (Ballestrin, 2013).

A invisibilização e negligência dessa narrativa histórica se torna problemática, pois esses livros didáticos são consumidos por alunos negros que não podem ter por referência de seus antepassados apenas a dor e o sofrimento da escravização (que ainda é mal representada). É importante construir nos imaginários desses jovens que a população negra se articula desde que foram sequestrados do continente africano, pois sem esse imaginário, essas pessoas crescem e se formam sem perspectiva de suas histórias desvinculadas a dor, sofrimento e perdas.

Como é elaborado por Arroyo (2013) "...por décadas tantos(as) alunos(as) foram destruídos em suas autoimagens ao receberem esse material didático e literário..." p. 265. Ao analisar os livros é perceptível que o corpo estudantil é bombardeado com imagens negativas de pessoas semelhantes, ferindo assim a forma como elas/es se identificam.

Essas imagens que ferem a construção da identidade é um problema, pois "Na escola terminarão sabendo-se pelo negativo, como um fardo histórico pesado na consciência e no desenvolvimento nacional porque são indígenas, negros, pobres, do campo" (Arroyo, 2013, pp. 267-268).

Como forma de subverter essa imagem, poderia ser usado como exemplo Luisa Mahin que foi uma das figuras importantes desse levante, porém seu nome não é citado em nenhum dos livros didáticos analisados, sua história é contada no livro escrito por Jarid Arraes (2017).

Usando da literatura de cordéis produzida pela Jarid Arraes (2017) é de extrema importância, pois personalidades de mulheres negras que são completamente



invizibilizadas dentro da formação educacional de jovens, finalmente ganham voz e rosto.

Ocorreu em Salvador Foi a mobilização

Com origem dos Nagôs Os escravos muçulmanos Ajuntados com fervor

Se fosse vitoriosa

A revolta organizada Luisa Mahin seria De Rainha coroada No Estado da Bahia

Ela seria aclamada. (Arraes, 2017, p. 88)

Em uma ampla perspectiva, os malês eram os únicos letrados em árabe naquela época, dessa forma não eram descobertas as suas articulações, pois poucos além deles dominavam o árabe. Nesse sentido, seria também importante que os livros didáticos tivessem imagens das cartas que eram enviadas uns para os outros que, em árabe, contavam como ocorreria a revolta.

Utilizar-se desse recurso em sala de aula traria o benefício de visibilizar essas mulheres e suas histórias, relatar fatos históricos, construir um imaginário para além de dor e sofrimento para jovens negros, além de instigar a vontade de conhecer, por ter uma leitura fácil e desenhos que chamam atenção (Faria, 2017).

Considerações finais

A pedagogia para formação do aluno não depende somente do uso de bons materiais didáticos que deem valor a essas narrativas, mas também da didática a qual será usada pelo professor. Rösen (2006) argumenta que é preciso criar uma consciência histórica que ajude a lidar com os problemas de hoje e que para a didática da historiografia fosse correta ela deveria ser como a ciência social da história por perceber o uso da história nas relações sociais atualmente.

De forma mais contemporânea, o movimento negro brasileiro vê o Levante dos Malês como referência da autonomia, poder político e luta pela liberdade dos povos africanos no Brasil, e este é um importante legado. Embora

derrotado, o Levante dos Malês foi um episódio importante que, a longo prazo, foi enfraquecendo o sistema escravista e a noção de que povos africanos e afro-brasileiros



estavam contentes com sua condição. A resistência fazia parte do seu cotidiano, e a liberdade era mais que um sonho, era um projeto, um objetivo a ser alcançado. (Tinoco, “Revolta dos Malês é revista em textos de escravos e de jornais da época”, 2015)

Muito dessa revolução deve ser lembrada por mais que não tenha obtido sucesso nos seus objetivos, porque mostra a resistência dos africanos contra o imperialismo, pois lutavam para resistir a tentativa colonial de destruir seus elementos culturais, resistindo à dominação (Diana, 2016).

Jacques Revel (1998) elabora a ideia de micro-história e o jogo de escalas, que se constitui em variá-las com diferentes narrativas. Sendo assim é necessária uma pluralidade de histórias, com contextualizações particulares subjetivas e sociais, por isso estudar a Revolução dos Malês é importante, para que se tenha perspectiva e se entenda que negros foram e são as bases da sociedade brasileira.

Por isso é importante ensinar e repassar histórias como as dos Malês, porque elas revelam movimentos que são suprimidos pelo conhecimento hegemônico que criam memórias históricas. Dessa maneira é necessária que a lei 10.639/03 deixe a marginalidade nas construções dos currículos escolares e se torne de fato aplicada, de forma a celebrar “... suas memórias e identidades afirmativas os ajuda libertar-se de imagens negativas encravadas que os inferiorizam, que não foram escolhidas, mas impostas” (Arroyo, 2013, p. 281).

Notas

¹O artigo foi originalmente escrito em 2017 para a matéria de Introdução ao Estudo da História.

Referências

Arraes, J. (2017). *Heroínas Negras Brasileiras: em 15 cordéis* (1a ed.). São Paulo, São Paulo: Pólen.

Arroyo, M. G. (2013). *Currículo, território em disputa* (1a ed.). Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes.

Ballestrin, L. (2013). América Latina e o giro decolonial. *Revista Brasileira de Ciência Política*, (11), 89-117. <https://dx.doi.org/10.1590/S0103-33522013000200004>

Barbeiro, H.; Cantele, B. R., & Schneeberger, C. A. (2004). *História: de olho no mundo do trabalho*, (Vol. único). São Paulo, Scipione.

Bernardino-Costa, J., & Grosfoguel, R. (2016). Decolonialidade e perspectiva negra.



Sociedade e Estado, 31(1), 15-24. <https://dx.doi.org/10.1590/S0102-69922016000100002>

Dianna, E. M. de S.. (2016). Salvador em revolta: alguns olhares para a revolta islâmica na Bahia em 1835. *Revista Trilhas da História*, 5(10), 145-161.

Faria, G. C. de. (2017). *Invisibilidade do Racismo no Brasil: nas práticas escolares, culturais e sociais da discriminação racial (pós lei 10.639)* (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal de Goiás - UFG, Catalão, GO, Brasil. Recuperado de <https://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tede/7933>

Ferreira, J. P. M. H. & Fernandes, L. E. de O. (2005). *Nova História Integrada: 2ª série* (Vol. 2). Terra Sul. *História* (Vol. 4), Coleção Estudo. Editora Bernoulli.

Lei n. 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm.

Mariano, A. (2012). Resistência malê. *Histórias do povo negro*. Recuperado de <https://historiasdopovonegro.wordpress.com/determinacao/resistencia-male/>.

REIS, J. J. (1986). *A Rebelião Escrava no Brasil: A história do levante dos malês 1835* (1a ed.). São Paulo, São Paulo: Editora Brasiliense.

Revel, J. (1998). Microanálise e construção do social. In: Jacques Revel (Org.). *Jogos de escalas: a experiência da microanálise* (1a ed.). Rio de Janeiro, Rio de Janeiro: Editora FGV.

Rüsen, J. (2016). Didática da história: passado, presente e perspectivas a partir do caso alemão. *Práxis Educativa* (Brasil), 1(2), 07-16.

Tinoco, D. (2015, Janeiro 10). Revolta dos Malês é revista em textos de escravos e de jornais da época. *O Globo*. Recuperado de <https://glo.bo/2R0ANX3>